

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p. (*Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Darmstadt/Neuwied, 1962).

Danilo Persch<sup>1</sup>

No contexto em que estamos escrevendo essa breve resenha, ou seja, para uma revista da área de comunicação social, convém ter presente que Jürgen Habermas, após sua graduação na universidade de Bonn em 1954, exerceu a função de jornalista. Na ocasião escrevia artigos para os jornais: “Frankfurter Allgemeine Zeitung”, “Merkur”, “Frankfurter Hefte” e “Düsseldorfer Handelsblatt”. Deixou essa atividade em 1956 ano em que começou a trabalhar em Frankfurt, no Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung), como assistente de Adorno, permanecendo ali até 1959. Em 1961 Habermas conquistou sua habilitação para professor na Faculdade de Filosofia de Marburg justamente com a defesa da tese: *Mudança estrutural da esfera pública (Strukturwandel der Öffentlichkeit)*. A obra foi publicada no ano seguinte, ou seja, em 1962. Em termos de publicações de livros, este pode ser considerado o seu primeiro, de um total que ultrapassa trinta obras<sup>2</sup>. Jürgen Habermas, que nasceu no dia 18 de junho de 1929, é considerado um dos maiores pensadores alemães e um dos principais filósofos da atualidade.

Com seu estudo *Mudança estrutural da esfera pública*, que em 2012 completou 50 anos, Habermas procurou retratar o surgimento, a consolidação e a decadência de uma sucessão de acontecimentos históricos que na filosofia, e sob a denominação do próprio autor desta obra, é compreendida como *esfera pública burguesa (bürgerliche Öffentlichkeit)*. Desde sua publicação, esse livro já foi traduzido para vários idiomas e até hoje está influenciando discussões críticas sobre temáticas relacionadas à “esfera pública”, particularmente o que tange os meios de comunicação de massa, as estruturas sociais, a política, a burocracia, o espaço público como também a opinião pública. Nessa resenha procuraremos descrever de forma bem sintetizada como se deu, conforme Habermas, o processo de desenvolvimento da publicidade moderna, isto é da *esfera pública burguesa* – sua origem através de pessoas

<sup>1</sup> Professor Doutor - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Email: dan.persch@bol.com.br

<sup>2</sup> Na bibliografia final da minha tese de doutoramento (O problema da fundamentação moral: uma investigação das teorias de Jürgen Habermas), defesa ocorrida em 2009, procurei relacionar as obras originais de Habermas de forma ordenada, ou seja, seguindo os anos em que foram publicadas.

privadas formando um público pensante no século XVII, sua consolidação por meio da autoconsciência desse mesmo público durante a época do esclarecimento e do liberalismo clássico e, por fim, sua decadência já no final do século XIX.

Vamos partir da relação público/privado que caracteriza elemento chave na teoria de Habermas assim como a relação estado/sociedade e monarquia/democracia. Por *público* o autor compreende aqueles eventos que dizem respeito a todos e que, por isso, tais eventos são passíveis de serem discutidos e normatizados socialmente, em contraposição ao âmbito individual privado. “*Privat* significa estar excluído, privado do aparelho do Estado (...)”. (HABERMAS, 2003, p. 24). Conforme Habermas, não há um sentido único para os conceitos público/privado. Em sua análise esses conceitos são originários da Grécia, onde o âmbito privado das coisas caseiras (*oikos*) era diferenciado do âmbito público da política estatal (*polis*). “Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos”. (HABERMAS, 2003, p. 16). E esse modelo grego da esfera pública, segundo nosso autor, teria perpassado a Idade Média, onde as categorias público/privado estavam presentes no Direito Romano e chegou até nós via institucionalização do Estado moderno, onde então passa a ter um sentido específico de “esfera pública burguesa”. (HABERMAS, 2003, p. 17).

Mas, como se originou a *esfera pública burguesa*? Se na Grécia antiga, Estado e Sociedade constituíam instâncias semelhantes, e se na Idade Média praticamente não havia contraposição entre coisas públicas e coisas privadas, esse cenário muda com o advento da Modernidade, mais especificamente a partir do século XIII, quando o capitalismo primitivo se expande por toda a Europa, originando um “(...) novo sistema de trocas: *a troca de mercadorias e de informações*”. (HABERMAS, 2003, p. 28). No tocante a troca de informações, Habermas comenta sobre duas formas de comunicação social: o correio e a imprensa. Para ele, essas formas de comunicação apenas têm sentido se forem acessíveis ao público em geral. Particularmente sobre a imprensa ele afirma: “(...) só existe uma imprensa em sentido estrito a partir do momento em que a transmissão de informações regularmente torna-se pública, ou seja, torna-se por sua vez acessível ao público em geral”. (HABERMAS, 2003, p. 30). Portanto, tanto a troca de mercadorias como a troca de informações foi fundamental para a constituição da *esfera pública burguesa*, em contraposição ao antigo sistema feudal. Enquanto no antigo sistema o legislador exercia um grande poder frente ao povo (oriundo da Igreja e da nobreza) aos poucos o legislador passa a ser apenas um representante do povo. Tanto a legitimidade governamental como também o poder do Estado,

agora dependem cada vez mais da opinião pública. E uma vez que a classe burguesa não se encontra mais sob o *dominium* do poder soberano, essa classe se torna cada vez mais consciente. Habermas destaca também que o poder da imprensa foi decisivo para o desenvolvimento de uma nova forma de publicidade. A técnica datilográfica e de impressão possibilitou crescimento e regularidade da imprensa, que começa a propagar notícias sobre política, economia, conquistas atuais da ciência etc.

É em meio a esse contexto que surge a *esfera pública burguesa* que “(...) pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”. (HABERMAS, 2003, p. 42). Um momento central do desenvolvimento da *esfera pública burguesa* descrita por Habermas se dá com o surgimento, por volta do século XVIII, da *esfera pública literária*, institucionalizada primeiramente na Inglaterra por meio das casas de café (*coffee-houses*), posteriormente nos salões (*salons*) na França e finalmente também na Alemanha por meio das comunidades de comensais. São, conforme Habermas, locais de encontro, ou seja: “(...) centros de uma crítica inicialmente literária e, depois, também política, na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa”. (HABERMAS, 2003, p. 48). Nestes círculos de leitura, em lugar de hierarquias presava-se pela igualdade entre todos, ou seja, todos tinham acesso a obras filosóficas, literárias, artísticas etc. A produção cultural, antes restrita a classe de maior poder aquisitivo, agora passa a ser destinada para o grande público. As pessoas ali reunidas discutiam sobre tudo o que era lido: cartas, romances, enciclopédias, dicionários, jornais etc. Todos também tinham liberdade para emitir opiniões.

Nessa descrição habermaseana do desenvolvimento da *esfera pública burguesa*, o momento político específico se dá quando a população (*Publikum*), por meio do uso público da razão, passa a desenvolver uma autoconsciência crítica que vai além da simples opinião emitida sobre livros, textos, obras de arte etc., ou seja, a crítica passa a atingir também as estruturas das organizações sociais vigentes. E essa crítica, por ser expressão de uma opinião pública, obtém reconhecimento do Estado, passando dessa forma a influenciar o poder decisório sobre questões estatais e de interesse comum, ou como diz Habermas: “A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil”. (HABERMAS, 2003, p. 69). Uma vez que o povo (*Publikum*) vai se tornando mais politizado, essas pessoas começam a questionar os princípios que legitimam o poder monárquico. A partir deste cenário, aos poucos, os governantes são obrigados a governar conforme a vontade da opinião

pública. E as leis que legitimam esse Estado originam-se cada vez mais das discussões populares, em que a força (poder) que se sobrepõe as demais é aquela oriunda do melhor argumento. Para Habermas: “Com isso, está preparada a inversão do princípio da soberania absoluta, inversão definitivamente formulada na teoria hobbesiana do Estado: *veritas non auctoritas facit legem*” (A verdade, não a autoridade, é que faz a lei). (HABERMAS, 2003, p. 71). A *esfera pública* que se forma nesse contexto atinge uma dimensão normativa e descritiva em que três elementos estão sempre entrelaçados. O princípio da *publicidade*, que evita qualquer acobertamento de ações por parte do Estado; o *povo* (Publikum), que antes era objeto nas mãos dos governantes agora passa a ser sujeito político com força para tomar decisões; e o *espaço* no qual os cidadãos debatem e fazem tomadas de decisões coletivas e, junto com isso, se formam a si mesmos.

Esse momento da *esfera pública burguesa* que acabamos de descrever “(...) funcionando politicamente aparece primeiro na Inglaterra na virada para o século XVIII”. (HABERMAS, 2003, p. 75). Posteriormente essa forma de fazer política se expande por toda Europa, sobretudo também na França e na Alemanha. Mas a partir de meados do século XIX, conforme Habermas, o povo (Publikum) que raciocina, ou seja, que discute questões coletivas nos círculos de leitura perde vitalidade, e aliado a isso está o gradativo declínio do potencial crítico dessa esfera pública. Conforme o citado autor, a causa principal dessa mudança consiste no gradual aniquilamento da separação entre Estado e Sociedade, o que por sua vez permite cada vez mais a interferência do Estado na esfera privada. Diz ele que: “(...) essa dialética de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente, com a estatização progressiva da sociedade, é que pouco a pouco destrói a base da esfera pública burguesa”. (HABERMAS, 2003, p. 170). Por outro lado, houve também um gradativo crescimento do capital, do qual se originaram grandes monopólios industriais. Estes começam a influenciar nas decisões políticas, acabando com a simetria existente até então entre pequenos comerciantes. A esfera pública deixa de exercer o papel de representar os interesses e as necessidades da sociedade em geral, passando a ser simplesmente uma arena de disputa por interesses particulares. Ou seja, por detrás dos fóruns racionais de diálogos coletivos em que predominava sempre a força do melhor argumento, agora se instaura uma ideologia que usa desse método, mas apenas para legitimar o poder político, que por sua vez tem apenas em vista a satisfação de interesses particulares. Está caracterizada assim a decadência da esfera pública literária. O povo (Publikum) que até então estava na condição de pensador de cultura

passa, aos poucos se tornando apenas consumidor de cultura. Também a imprensa, inicialmente caracterizada como pequena empresa destinada a formação da opinião pública, vai, aos poucos, assumindo postura de empresa de economia privada, destinada a gerar lucro. Habermas ressalta ainda que o editor, antes com autonomia, passa agora a ter seu espaço cada vez mais limitado. A imprensa geral vê seu espaço cada vez mais sendo ocupado por novos formatos de mídia, ou seja, a indústria e o comércio da publicidade toma conta da imprensa, antes autônoma. É mais ou menos dessa forma que Habermas contextualiza o declínio da *esfera pública burguesa*.

Para finalizar, duas questões, seguidas de comentário. Vale a pena hoje em dia ler ainda esse clássico de Habermas? O que dessa obra permanece vivo, ou seja, o que deveríamos levar conosco por meio da leitura desse livro? Para comentar essas questões vamos nos basear em partes de uma entrevista de Michael Haller, que por muito tempo atuou como colunista do antigo correspondente suíço “Spiegel”, e que muito bem conhece essa obra de Habermas. Haller também foi professor/pesquisador de jornalismo na Universidade de Leipzig (Alemanha) até setembro de 2010 (quando se aposentou). A entrevista em questão foi realizada por Hans Ulrich Probst, repórter da Rádio “DRS” (Suíça), publicada em 13 de abril de 2012 por eDysfunktion (Licença padrão do YouTube). A tradução das perguntas e respostas do alemão para o português é de nossa autoria.

Em relação à questão se ainda vale a pena ler essa obra, Haller diz que sim e justifica: “Porque naquele tempo Jürgen Habermas escreveu algo que desde então permanece atual. E isso é o pensamento de que “o público/povo” (das Publikum), ou seja, ele inclusive pensa com isso o cidadão estatal, mas também o assim denominado cidadão privado, portanto o cidadão da sociedade civil, de que “o povo/cidadãos” (das Publikum) pode entender-se sobre como querem viver em conjunto e sobre como pretendem continuar desenvolvendo sua sociedade organizada. Portanto, essa ideia do “entendimento social próprio” (Gesellschaftselbvertändlichung) foi naquela ocasião o chocante, o preocupante, também para nós muito fascinante, e isso hoje é exatamente tão atual como em seu tempo”.

Sobre a segunda questão, ou seja, o que deveríamos levar conosco por meio da leitura desse livro, Haller comenta: “Eu acredito que o mais interessante nesse livro é que ele levanta tantas perguntas sobre como pode ser que cidadãos, com formação normal, portanto não apenas intelectuais, mas cidadãos com formação bem normal conseguem se entender por

intermédio da mídia (Medien), quando se trata de questões políticas enquanto votantes, ou no espaço comunitário como atores, de tal forma a agirem orientados pelo bem comum e não apenas quererem ver aprovados seus interesses pessoais. Isso é, penso eu, o pensamento chave de toda forma de democratização. E o que faz com que esse livro permaneça vivo, ou seja, o que faz valer a pena uma releitura do mesmo, é observar também hoje, época que se tornou diferenciada e complicada uma vez que se tem uma publicidade midiática das grandes multinacionais por um lado, mas também, por outro lado, movimentos contrários e opostos: o que hoje em dia se pode ter ou fazer com intuito dos cidadãos ainda alimentarem a sensação de que podem se entender sobre o que é de interesse comum, não apenas no sentido do bom sobre o qual falamos e amanhã as atrocidades continuam normalmente, mas que o entendimento também tenha êxito. (...) Que seja politicamente aprovado e implantado. (...) Mas para isso necessitamos também de um trabalho profissional no jornalismo, que realmente preencha a função que a sociedade transfere para o jornalismo, qual seja, de que esse negócio informacional que se esclarece a si mesmo, realmente também esclareça a sociedade em relação às atualidades circunstanciais. A isso pertence profissionalismo, mas a isso pertence também o mínimo de equipamentos pessoais para redação. Também pertence a isso respectivamente a independência da redação, relacionada ao dono do meio de comunicação, bem como também uma determinada formação das pessoas nas escolas. Numa sociedade que se torna incompetente em leitura. Quando se tem apenas coisas muito passageiras, que podem ser visualizadas com o discar de dedo, ou seja, quando se ignora a superestrutura, essa sociedade não necessariamente está em condições de conduzir um discurso sobre a vontade geral, isto é, sobre aquilo que vai além dos interesses consumistas particulares. Essas são questões que também novamente direcionam para o fracasso da família e é onde o sistema escolar tem que agir no sentido de propiciar uma educação apropriada. Isso, para que tenhamos pessoas adultas que se orientem pelo viés da leitura, interessem-se em participar do discurso público, mas que também estejam em condições de se impor de forma argumentativa”.